

Órgão Oficial do Município criado pela Lei Municipal nº. 81, de 02 de dezembro de 1974.

Publicado no Diário Oficial do Estado em 14 de dezembro de 1974.

MENSÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE PUXINANÃ

ANO MMXVII

PUXINANÃ – PARAÍBA

NOVEMBRO/2017

Nº. 01



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 144/2017

Em 16 de Novembro de 2017.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, ESTADO DA PARAÍBA, **no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Orgânica do Município, bem como na Constituição Federal e na Legislação em vigor:**

RESOLVE:

Art.1º - DESIGNAR a **Senhora DULCINEIA ARAUJO FIGUEIREDO, RG 2370534 SSSP/PB, CPF 034.340.344-71, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte para exercer suas atividades no Posto de Saúde no Loteamento Beija Flor, com lotação na Secretaria de Saúde deste Município.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CUMPRASE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ,

EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito Constitucional
ESTADO DA PARAÍBA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 145/2017

Em 16 de Novembro de 2017.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, ESTADO DA PARAÍBA, **no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Orgânica do Município, bem como na Constituição Federal e na Legislação em vigor:**

RESOLVE:

Art.1º - EXONERAR a **Senhora SHIRLEIDE KARINE BARROS RIBEIRO, RG 2.389.679 – 2º VIA SSP/PB, CPF 008.482.744-07, do cargo de provimento em comissão de DIRETORA ADJUNTA DA CRECHE FELISMINA GONÇALVES DE QUEIROZ, desta Edilidade.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, retroagindo os efeitos pecuniários a 27 de Outubro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CUMPRASE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ,

EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ-PB

CNPJ: 09.001.744/0001-03 - Av. 28 de Janeiro, 20 – Centro – Puxinanã-PB – CEP 58.115-000



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 146/2017

Em 16 de Novembro de 2017.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Orgânica do Município, bem como na Constituição Federal e na Legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º MANTER DESIGNADA a senhora **ROSIMAIRE GENUINO DOS SANTOS**, Matrícula n 570049-3, AGENTE ADMINISTRATIVO deste município, lotado na Secretaria de Administração, para ficar a disposição, prestando seus serviço no SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PUXINANÃ.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 134/2017.

CUMPRE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ,

EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito Constitucional



Prefeitura Municipal de Puxinanã
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade

Decreto nº
0027/2017

Em, 1 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0552, de 16 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 1.792.309,00 (Um Milhão, Setecentos e Noventa e Dois Mil e Trezentos e Nove Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.010 GABINETE DO PREFEITO				
03	091	0010	2003	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES-PROCURADORIA JURIDICA
0000014	3190.11	99	00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
				8.812,00
				Total da Ação
				8.812,00
04	122	0052	2004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
0000022	3190.11	99	00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
				38.684,00
0000026	3390.30	99	00	Material de Consumo
				5.144,00
0000028	3390.35	99	00	Serviços de Consultoria
				6.300,00
				Total da Ação
				50.128,00
				Total da Unidade Orçamentária
				58.940,00
02.020 SECRETARIA DE FINANÇAS				
04	123	0054	2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA FINANÇAS
0000048	3390.39	99	00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
				6.010,00
				Total da Ação
				6.010,00
				Total da Unidade Orçamentária
				6.010,00
02.030 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO				
04	122	0052	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DIV. DE ADMINISTRACAO
0000063	3190.13	99	00	Obrigações Patronais
				118.952,00
0000066	3350.41	99	00	Contribuições
				1.440,00
0000067	3390.14	99	00	Diárias - Civil
				86,00
0000072	3390.39	99	00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
				33.796,00
0000077	4490.52	99	00	Equipamentos e Material Permanente
				11.085,00
				Total da Ação
				165.359,00
				Total da Unidade Orçamentária
				165.359,00
02.040 SECRETARIA DE EDUCACAO				
12	361	0251	2012	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR
0000109	3390.30	99	15	Material de Consumo
				8.783,00
				Total da Ação
				8.783,00



Prefeitura Municipal de Puxinanã
Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

12 361 0403 2014	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL			
0000110	3190.04 99 01	Contratação por Tempo Determinado	17.041,00	
0000111	3190.11 99 01	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54.114,00	
0000112	3190.13 99 01	Obrigações Patronais	241.028,00	
0000115	3390.14 99 01	Diárias - Civil	1.120,00	
0000117	3390.30 99 01	Material de Consumo	42.147,00	
		Total da Ação	355.450,00	
12 366 0451 2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAS			
0000174	3190.13 99 15	Obrigações Patronais	384,00	
0000175	3390.30 99 15	Material de Consumo	23.966,00	
0000176	3390.36 99 15	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.565,00	
0000177	3390.39 99 15	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.191,00	
		Total da Ação	38.106,00	
12 361 0403 2048	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO MAGISTERIO-FEB 60%			
0000185	3190.04 99 18	Contratação por Tempo Determinado	17.112,00	
0000186	3190.11 99 18	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	345.435,00	
		Total da Ação	362.547,00	
12 361 0403 2049	MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL-FEB 40%			
0000188	3190.04 99 19	Contratação por Tempo Determinado	30.385,00	
0000189	3190.11 99 19	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	65.731,00	
		Total da Ação	96.116,00	
		Total da Unidade Orçamentária	861.002,00	
02.050	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL-FMAS			
08 244 0052 2028	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. E FMAS			
0000240	3190.04 99 00	Contratação por Tempo Determinado	10.670,00	
0000241	3190.11 99 00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	29.707,00	
0000247	3390.14 99 00	Diárias - Civil	2.899,00	
0000248	3390.30 99 00	Material de Consumo	7.045,00	
		Total da Ação	50.321,00	
08 243 0122 2056	MANUTENCAO DE PROGRAMAS			
0000255	3190.04 99 29	Contratação por Tempo Determinado	11.759,00	
		Total da Ação	11.759,00	
		Total da Unidade Orçamentária	62.080,00	
02.060	SECRETARIA DE SAUDE - FMS			
10 302 0210 2032	PROGRAMA DE ATENCAO BASICA DE SAUDE			
0000284	3390.30 99 14	Material de Consumo	54.670,00	
0000288	3390.39 99 14	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.554,00	
		Total da Ação	65.224,00	
10 302 0210 2033	FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-REC.PROPIO			
0000291	3190.04 99 02	Contratação por Tempo Determinado	14.283,00	
0000292	3190.11 99 02	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	107.403,00	
0000293	3190.13 99 02	Obrigações Patronais	123.846,00	
0000300	3390.30 99 02	Material de Consumo	30.463,00	
0000301	3390.32 99 02	Material de Distribuição Gratuita	10.232,00	
0000305	3390.39 99 02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.980,00	
0000310	4490.52 99 02	Equipamentos e Material Permanente	10.926,00	
		Total da Ação	301.133,00	



Prefeitura Municipal de Puxinanã
Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

10 301 0210 2040	PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE			
0000311	3190.04 99 14	Contratação por Tempo Determinado	843,00	
0000312	3190.11 99 14	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	28.000,00	
		Total da Ação	28.843,00	
10 301 0210 2041	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			
0000318	3190.11 99 14	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.321,00	
		Total da Ação	20.321,00	
10 301 0210 2042	PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA			
0000325	3190.11 99 14	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.204,00	
		Total da Ação	10.204,00	
		Total da Unidade Orçamentária	425.725,00	
02.070	SECRETARIA DE AGRICULT. IRRIGACAO E ABASTECIMENTO			
20 605 0645 2036	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC.DE AGRICULTURA			
0000374	3190.04 99 00	Contratação por Tempo Determinado	4.322,00	
0000375	3190.11 99 00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.278,00	
0000380	3390.14 99 00	Diárias - Civil	3.787,00	
0000381	3390.30 99 00	Material de Consumo	24.850,00	
0000382	3390.36 99 00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.645,00	
		Total da Ação	58.882,00	
		Total da Unidade Orçamentária	58.882,00	
02.080	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			
15 451 0052 2034	MANUTENCAO DA SEC.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			
0000410	3190.04 99 00	Contratação por Tempo Determinado	30.713,00	
0000411	3190.11 99 00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	52.656,00	
0000418	3390.30 99 00	Material de Consumo	21.567,00	
0000419	3390.36 99 00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.213,00	
		Total da Ação	116.149,00	
25 752 0506 2038	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ILUMINACAO PUBLICA			
0000430	3390.39 99 00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.858,00	
		Total da Ação	15.858,00	
		Total da Unidade Orçamentária	132.007,00	
02.090	SECRETARIA DE CULTURA			
13 392 0473 2051	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA			
0000435	3190.11 99 00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.435,00	
		Total da Ação	20.435,00	
13 392 0473 2052	MANUT. DAS ATIV. COM CULTURA/FESTIV.E TURISMO			
0000452	3390.39 99 00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.869,00	
		Total da Ação	1.869,00	
		Total da Unidade Orçamentária	22.304,00	
		Total de Suplementações	1.792.309,00	
		Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.792.309,00 (Um Milhão, Setecentos e Noventa e Dois Mil e Trezentos e Nove Reais), como segue:		
02.040	SECRETARIA DE EDUCACAO			



Prefeitura Municipal de Puxinanã

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

12 361 0403 1028	CONSTRUCAO E REFORMA DA SECRETARIA		
0000092 4490.51 99 01	Obras e Instalações	30.300,00	
0000093 4490.51 99 19	Obras e Instalações	20.200,00	
	Total da Ação	50.500,00	
12 361 0403 1029	RECUPERACAO E AMPLIACAO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL		
0000094 4490.51 99 01	Obras e Instalações	20.200,00	
0000095 4490.51 99 19	Obras e Instalações	20.200,00	
	Total da Ação	40.400,00	
12 365 0401 1037	CONST. REF. E AMPLACAO DE CRECHES		
0000096 4490.51 99 01	Obras e Instalações	53.000,00	
	Total da Ação	53.000,00	
	Total da Unidade Orçamentária	143.900,00	
02.050	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL-FMAS		
08 241 0120 1006	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DO CENTRO DO IDOSO		
0000204 4490.51 99 29	Obras e Instalações	50.200,00	
	Total da Ação	50.200,00	
08 244 0104 1007	ABASTECIMENTO DE AGUA EMERGENCIAL		
0000205 4490.51 99 00	Obras e Instalações	20.200,00	
0000206 4490.51 99 52	Obras e Instalações	10.100,00	
	Total da Ação	30.300,00	
08 244 0104 1040	CONST. DE CISTERNAS P'ATEND. DE PESSOAS DO MUNICIPIO		
0000211 4490.51 99 00	Obras e Instalações	38.818,00	
0000212 4490.51 99 52	Obras e Instalações	40.400,00	
	Total da Ação	79.218,00	
08 244 0052 1042	CONST. REF. E AMPL. DE CENTRAL DE VELORIOS		
0000214 4490.51 99 00	Obras e Instalações	28.906,00	
	Total da Ação	28.906,00	
08 244 0052 1043	CONST. REFORMA DA SECRETARIA		
0000215 4490.51 99 00	Obras e Instalações	50.500,00	
	Total da Ação	50.500,00	
	Total da Unidade Orçamentária	239.124,00	
02.060	SECRETARIA DE SAUDE - FMS		
10 512 0611 1012	CONST. AMPL. E REST. DE ESGOTOS/GALERIAS E FOSSAS		
0000270 4490.51 99 02	Obras e Instalações	9.016,00	
	Total da Ação	9.016,00	
10 512 0611 1013	CONSTRUCAO DE UN SANITARIAS DOMICILIARES/FOSSS SEP		
0000272 4490.51 99 02	Obras e Instalações	25.218,00	
0000273 4490.51 99 51	Obras e Instalações	13.610,00	
	Total da Ação	38.828,00	
10 605 0611 1014	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA		
0000274 4490.51 99 02	Obras e Instalações	26.159,00	
	Total da Ação	26.159,00	
10 301 1004 1045	CONST. E REFORMA DO MATADOURO PUBLICO		
0000277 4490.51 99 02	Obras e Instalações	16.350,00	
	Total da Ação	16.350,00	



Prefeitura Municipal de Puxinanã

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

10 301 1004 1046	CONST. E AMPL. DO ACOUGUE PUBLICO		
0000278 4490.51 99 02	Obras e Instalações	800,00	
	Total da Ação	800,00	
10 302 0210 2032	PROGRAMA DE ATENCAO BASICA DE SAUDE		
0000286 3390.33 99 14	Passagens e Despesas com Locomoção	20.200,00	
0000289 3390.92 99 14	Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	
0000290 4490.52 99 14	Equipamentos e Material Permanente	10.100,00	
	Total da Ação	32.300,00	
10 302 0210 2033	FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-REC.PROPIO		
0000295 3190.92 99 02	Despesas de Exercícios Anteriores	30.300,00	
0000301 3390.32 99 02	Material de Distribuição Gratuita	10.945,60	
0000302 3390.33 99 02	Passagens e Despesas com Locomoção	15.150,00	
0000303 3390.35 99 02	Serviços de Consultoria	99.000,00	
0000304 3390.36 99 02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	42.581,79	
0000306 3390.48 99 02	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	62.000,00	
0000308 3390.92 99 02	Despesas de Exercícios Anteriores	603,11	
	Total da Ação	260.580,50	
10 302 0210 2043	PROGRAMA SAUDE BUCAL / OUTROS		
0000336 4490.52 99 14	Equipamentos e Material Permanente	5.050,00	
	Total da Ação	5.050,00	
10 302 0210 2045	PROGRAMA FARMACIA BASICA		
0000337 3390.32 99 02	Material de Distribuição Gratuita	32.641,50	
	Total da Ação	32.641,50	
10 302 0210 2057	PROGRAMAS PMAQ / OUTROS		
0000352 3190.92 99 14	Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	
0000356 3390.92 99 14	Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	
	Total da Ação	4.000,00	
	Total da Unidade Orçamentária	425.725,00	
02.070	SECRETARIA DE AGRICULT., IRRIGACAO E ABASTECIMENTO		
26 451 0711 1025	CONSTRUCAO E RECUP. DE CALCAMENTO L.D'AGUA E M.FIO		
0000364 4490.51 99 52	Obras e Instalações	42.693,00	
	Total da Ação	42.693,00	
20 608 0645 1047	CONST. DE CURRALDEST. A FEIRA DE ANIMAIS		
0000365 4490.51 99 00	Obras e Instalações	16.000,00	
	Total da Ação	16.000,00	
20 451 0306 1049	CONST. REST. E AMPL. DO MERCADO PUBLICO		
0000367 4490.51 99 00	Obras e Instalações	51.000,00	
	Total da Ação	51.000,00	
20 605 0611 1051	CONSTRUCAO E PERFORACAO DE POCOS		
0000370 4490.51 99 00	Obras e Instalações	50.500,00	
	Total da Ação	50.500,00	
	Total da Unidade Orçamentária	160.193,00	
02.080	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
15 451 0507 1015	CONSTRUCAO E RECUP. DE PRACAS, PARQUES E JARDINS		
0000386 4490.51 99 52	Obras e Instalações	51.000,00	
	Total da Ação	51.000,00	



Prefeitura Municipal de Puxinanã
Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

17	544	0622	1020	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE RESERVATORIO DE AGUA	
0000395	4490.51	99	00	Obras e Instalações	50.500,00
0000396	4490.51	99	52	Obras e Instalações	50.500,00
				Total da Ação	101.000,00
25	752	0506	1024	IMPLANTACAO E EXTENSAO DE REDE ELETRICA	
0000397	4490.51	99	00	Obras e Instalações	60.600,00
				Total da Ação	60.600,00
26	782	0710	1026	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS	
0000398	4490.51	99	00	Obras e Instalações	50.500,00
0000399	4490.51	99	52	Obras e Instalações	50.500,00
				Total da Ação	101.000,00
26	782	0710	1027	CONSTRUCOES DE PONTES,BUEIROS E PASSAGENS MOLHADA	
0000400	4490.51	99	00	Obras e Instalações	30.300,00
0000401	4490.51	99	52	Obras e Instalações	20.200,00
				Total da Ação	50.500,00
17	544	0622	1055	CONST.REF. E AMPL. DE ESGOTO SANIT. E SANEAM.DAGUA	
0000404	4490.51	99	00	Obras e Instalações	101.000,00
0000405	4490.51	99	52	Obras e Instalações	100.000,00
				Total da Ação	201.000,00
15	451	1007	1058	CONST. E REFORMA DA SECRETARIA	
0000409	4490.51	99	00	Obras e Instalações	10.000,00
				Total da Ação	10.000,00
				Total da Unidade Orçamentária	575.100,00
				02.090 SECRETARIA DE CULTURA	
13	392	0473	1036	CONSTRUCAO DO CENTRO CULTURAL	
0000432	4490.51	99	00	Obras e Instalações	70.267,00
				Total da Ação	70.267,00
				Total da Unidade Orçamentária	70.267,00
				02.100 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
27	813	0721	1059	CONST.REF. E AMPL.DE QUADRAS E GINASIOS POLIESPORT	
0000457	4490.51	99	52	Obras e Instalações	178.000,00
				Total da Ação	178.000,00
				Total da Unidade Orçamentária	178.000,00
				Total de Anulações	1.792.309,00
				Total de Outras Fontes	0,00
				Total Geral de Fontes	1.792.309,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito

X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X
X

LEI MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 561/2017.

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 465 DE 09 DE JANEIRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, o PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições sancionou, e eu, SÉRGIO SILVA FIGUEIREDO, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do parágrafo 7º do Artigo 54 da Lei Orgânica Municipal promulgo a presente lei:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – De acordo com os termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente, esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º – O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de PUXINANÃ-PB, far-se-á através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, turismo e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e sócio-educativas, previstas nos artigos 86, 87, 131, 136, 138 e demais dispositivos pertinentes da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade, a convivência familiar, comunitária e demais contextos que assegurem os dispostos na referida lei.

§ único – Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurada absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento, nos diversos aspectos primados por essa etapa da vida.

Art. 3º – Aos que dela necessitar será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

§ 1º – É vedada no município a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos artigos 86, 87, 131, 136, 138 da Lei nº 8.069/90, além doutras finalidades asseguradas pelas disposições contidas na citada lei, sem que se faça a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cabendo aos órgãos gestores, governamentais e não governamentais, comunicar ao referido Conselho as atividades que venham ser atribuídas ao aludido público.

§ 2º – Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão:

- a) orientação e apoio socioeducativo e familiar;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) prevenção, condição e tratamento especializado às crianças e adolescentes, pais ou responsáveis usuários de substâncias psicoativas;
- d) identificação e localização de pais ou responsáveis por crianças e adolescentes desaparecidos;
- e) proteção jurídico-social;
- f) a colocação em família substituta;
- g) em abrigo ou entidade de acolhimento;
- h) apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes;
- i) ao apoio socioeducativo em meio aberto;
- j) ao apoio socioeducativo em meio fechado.

§ 3º – O atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes será efetuado em regime de cooperação e articulação entre os diversos setores da administração pública e entidades não governamentais, contemplando, obrigatoriamente, a regularização do registro civil e a realização de um trabalho de orientação, apoio, inclusão e promoção das famílias.

§ 4º – Os serviços e programas acima relacionados não excluem outros que possam vir a ser criados em benefício de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Art. 4º – É dever do Município criar, ampliar e garantir por meio de 'Dotação Orçamentária Serviço Especial de Apoio, Orientação, Inclusão e Acompanhamento Familiar', a ser estruturado com recursos materiais e humanos aptos ao desempenho das finalidades previstas no artigo 3º, § 3º desta Lei.

Título II

DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º – São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – Conselho Tutelar e todos os demais órgãos ligados à proteção básica e especial.

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º – Fica O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis de implementação desta mesma política, e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atenderá aos seguintes objetivos:

I – definir, no âmbito do município, políticas públicas de proteção integral à infância e a adolescência de PUXINANÃ-PB, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias dos direitos previstos no artigo 2º, desta Lei;

II – controlar ações governamentais e não-governamentais, com atuação destinada a infância e a Adolescente do município de PUXINANÃ-PB, com vistas a consecução dos objetivos definidos nesta Lei.

§ 2º – Entende-se por política pública aquela que emana do poder governamental e da sociedade civil organizada, visando o interesse coletivo.

§ 3º – As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

§ 4º – Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL

Art. 7º – Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete, privativamente, o controle da criação de quaisquer projetos ou programas no município, por iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral a infância e a adolescente e do município de PUXINANÃ-PB, bem como o efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 8º – A concessão pelo poder público de qualquer subvenção ou auxílio a entidades que, de qualquer modo, tenham por objetivo a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de que trata este capítulo e a respectiva escrituração da verba junto ao Fundo Municipal.

Art. 9º – As resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só terão validade quando aprovadas pela maioria absoluta dos membros presentes na sessão deliberativa e após sua publicação no Diário Oficial do Município e/ou outro órgão oficial de imprensa do município.

§ 1º – O CMDCA deverá encaminhar uma cópia de suas resoluções ao Juiz da Infância e Adolescente, à Promotoria de Justiça com atribuição na defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como ao Conselho Tutelar.

§ 2º – As assembleias do Conselho deverão ser convocadas com a ordem do dia, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da sua realização, ficando todos os membros do CMDCA e que estejam atrelados ao governo municipal liberados de suas atribuições em seus setores de trabalho durante a respectiva sessão, obviamente, para se fazerem presentes as respectivas atividades.

Art. 10 – Compete ainda ao CMDCA:

I – propor alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento a criança e ao adolescente, sempre que necessário;

II – assessorar o Poder Executivo Municipal na definição de dotação orçamentária a ser destinada a execução das políticas sociais de que trata o artigo 2º desta Lei;

III – definir a política de administração e aplicação dos recursos financeiros que venham constituir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cada exercício;

IV – difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente;

V – promover capacitação dos técnicos e educadores envolvidos no atendimento direto a criança e ao adolescente, com o objetivo de difundir e reavaliar as políticas públicas sociais básicas;

VI – encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e ao adolescente, controlando o encaminhamento das medidas necessárias à sua apuração;

VII – efetuar o registro das entidades governamentais e não-governamentais, em sua base territorial, que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, § 1º, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

VIII – efetuar a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em execução na sua base territorial por entidades governamentais e não-governamentais;

IX – manter intercâmbio com entidades federais, estaduais e municipais congêneres com outras, que atuem na proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X – incentivar e apoiar eventos e campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XI – atuar e acompanhar junto ao Conselho Tutelar a supervisão do atendimento oferecido em delegacias especializadas de polícia, entidades de abrigo e de internação e demais instituições públicas ou privadas que atendam a criança e ao adolescente;

XII – propor modificações nas estruturas dos sistemas municipais que visem à proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XIII – elaborar seu regimento interno, que deverá ser aprovado por pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, prevendo, dentre outros, os itens indicados no artigo 14, da Resolução nº 105/2005, do CONANDA, atendendo também as disposições desta Lei.

XIV – dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o mandato sucessivo;

XV – regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei nº 8.069/90, com as alterações inseridas pela Lei 12.696/2012, da Resolução nº 139/2010, 152/2012 e 170/2014 do CONANDA, bem como o disposto no artigo 15 e seguintes desta Lei.

XVI – convocar o suplente no caso de vacância ou afastamento do cargo de conselheiro tutelar, nos termos desta Lei, aplicando-se subsidiariamente o estatuto do servidor público municipal;

XVII – instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do CONANDA.

§ 1º – O exercício das competências descritas nos incisos VII e VIII, deste artigo, deverá atender as seguintes regras:

a) o CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 04 (quatro) anos, no máximo, o recadastramento das entidades, reavaliando o cabimento de sua renovação, nos termos do artigo 91, § 2º, da Lei nº 8.069/90;

b) o CMDCA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei nº 8.069/90, os quais deverão visar, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do ECA;

c) será negado registro a entidade, nas hipóteses relacionadas no artigo 91, § 1º, da Lei nº 8.069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA;

d) será negado registro e inscrição do programa que não respeitar os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90, ou que seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo CMDCA;

e) o CMDCA não concederá registro para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio;

f) verificada a ocorrência de alguma das hipóteses das alíneas de “c” a “e”, a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato a autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar;

g) caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, do Ministério Público e do Conselho Tutelar, para a tomada das medidas cabíveis, na forma do ECA;

h) o CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Adolescente e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, § único, e 91, “caput”, da Lei nº 8.069/90.

i) CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o cadastramento dos programas em execução, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento aqueles previstos nos incisos do § 3º, do artigo 90, da Lei nº 8.069/90.

Seção III

DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL

Art. 11 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Ação Social, será constituído por 06 representantes composto paritariamente pelas instituições governamentais e não-governamentais.

§ 1º – A indicação dos representantes do Poder Público Municipal deverá atender às seguintes regras:

a) a designação dar-se-á pelo Secretário de Ação Social, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua posse;

b) observada a estrutura administrativa do município, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas públicas básicas (assistência social, educação e saúde);

c) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;

d) o exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente;

e) o mandato do representante governamental no CMDCA está condicionado à manifestação expressa contida no ato designatório da autoridade competente;

f) o afastamento dos representantes do governo municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do conselho, cabendo a autoridade competente designar o novo conselheiro governamental no prazo máximo da assembleia ordinária subsequente ao afastamento do conselheiro.

§ 2º – A indicação dos representantes da sociedade civil garantirá a participação mediante organizações representativas escolhidas em fórum próprio, devendo atender às seguintes regras:

a) será feita por Assembleia Geral Extraordinária, realizada a cada 04 (quatro) anos, convocada oficialmente pelo CMDCA, do qual participarão, com direito a voto, três delegados de cada uma das instituições não-governamentais, regularmente inscritas no CMDCA;

b) poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelos menos 04 (quatro) anos e com atuação no âmbito territorial correspondente;

c) a representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha;

d) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;

e) o CMDCA deverá instaurar o processo de escolha dos representantes não governamentais até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, designando uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar processo eleitoral;

f) o mandato no CMDCA será de 04 (quatro) anos e pertencerá a organização da sociedade civil, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante;

g) os representantes da sociedade civil organizada serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes;

h) eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do conselho;

i) é vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

j) no processo de escolha dos representantes da sociedade civil, deve compor a mesa dos conselheiros um representante adolescente com idade igual ou superior a 12 anos, devendo este ser substituído quando completar a maior idade de 18 anos. Qual esteja devidamente matriculado em programas sócio-assistências ligado a proteção básica do município.

§ 3º – A função do conselheiro municipal será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a qualquer outro serviço, quando determinadas pelo comparecimento a sessões do CMDCA ou pela participação em diligências autorizadas por este.

§ 4º – Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não receberão qualquer remuneração pela sua participação neste.

§ 5º – Perderá o mandato o conselheiro que:

a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, durante o ano;

b) for condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal;

c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;

d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 6º – A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA.

Seção IV

DA ESTRUTURA BÁSICA DO CONSELHO MUNICIPAL

Art. 12 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente escolherá entre seus pares, respeitando alternadamente a origem de suas representações, os integrantes dos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – Secretário;

§ 1º – Na escolha dos conselheiros para os cargos referidos neste artigo, será exigida a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do órgão.

§ 2º – O regimento interno definirá as competências das funções referidas neste artigo.

Art. 13 – A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º – A dotação orçamentária a que se refere o “caput” deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros municipais, ficando o poder público municipal com a obrigação de promover 0,25% (Zero vírgula vinte e cinco décimos) de sua arrecadação municipal para o fundo municipal da criança e do adolescente.

§ 2º – O CMDCA deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotada de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, contando, com, no mínimo, um local adequado com recursos humanos e material para cumprimento das respectivas deliberações.

Art. 14 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá apresentar um Plano de Ação Municipal em até 05 (Cinco) dias anterior a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício, para ser executado no decorrer do ano seguinte.

§ 1º – O Plano de Ação Municipal deverá ser configurado como diretriz para elaboração e execução de políticas públicas voltadas a atenção e ao atendimento às crianças e aos adolescentes do município, conforme a realidade local.

§ 2º – O Plano Municipal de Ação terá como prioridade:

a) articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento a criança e ao adolescente;

b) incentivo às ações de prevenção tais como: a gravidez precoce, a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase a violência sexual e trabalho infantil, indisciplina nas escolas etc.;

c) estabelecimento de política de atendimento aos adolescentes;

d) integração com outros conselhos municipais;

e) promover oficinas consentidoras juntos aos programas de saúde, educação, social, cultura, turismo etc., tendo adolescentes como protagonistas mediadores das ações juntos aos educadores da rede básica e aos membros do CMDCA.

Art. 15 – todas as entidades da rede de proteção básica, especificamente às ligadas a política da assistência social que recebem verbas federais de repasse Fundo a Fundo para elaboração e execução de políticas públicas voltadas a atenção e ao atendimento às crianças e aos adolescentes do município de Puxinanã/PB, deverão apresentar até os dias 10 de janeiro e julho de cada ano, o plano de ação do primeiro e segundo semestres, respectivamente, para que os referidos planos possam ser analisados e aprovados pelo CMDCA. Os aludidos planos devem conter:

§ 1º – eventos que serão realizados: viagens de caráter lúdicos, educativos, culturais, ações cívicas, sociais e emergenciais.

§ 2º – A execução e contratação de oficinas lúdicas, educativas e culturais, devendo ser apresentados documentos e currículos dos profissionais que irão desenvolver as ações, o período de sua realização dos eventos, assim quanto os objetivos Gerais e Específicos, além do público que será atendido.

§ 3º – Os membros do CMDCA ficam responsáveis pela fiscalização e aprovação das ações citadas nos parágrafos §1º e §2º desse artigo, ficando também a Secretária de Assistência Social, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, junto com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (CRAS/PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV com a obrigação de comunicar através de documentos o que determina o artigo 15 e os §§1º e 2º desse artigo.

Art.16 – Serão realizadas anualmente campanhas para a captação de recursos envolvendo a Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB, as organizações governamentais e não-governamentais, a comunidade e a comissão de captação de recursos criadas através desta Lei.

§ 1º – A comissão de captação de recursos será composta por:

a) 02 (dois) membros do CMDCA, sendo um representante do Poder Público e o outro representante da sociedade civil;

b) 01 (um) representante das entidades sociais.

§ 2º – A comissão de captação de recursos tem o propósito de levar esclarecimentos e propostas às empresas e a população em geral (pessoas físicas e jurídicas) sobre a necessidade e importância da destinação de percentagem para fins de abatimento na declaração do Imposto de Renda para entidades sociais.

§ 3º – O CMDCA deverá manter controle das doações recebidas, bem como emitir anualmente uma relação que contenha nome, CPF ou CNPJ dos doadores, a especificação da doação (se em dinheiro ou bens), e os valores individualizados de todas as doações recebidas, devendo encaminhá-la a unidade da Secretaria da Receita Federal até o último dia do mês de junho do ano subsequente.

§4º – Caberá ao CMDCA o planejamento e coordenação das campanhas.

Capítulo III

DOS CONSELHOS TUTELARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 17 – Fica mantido o Conselho Tutelar já criado e instalado, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de desempenhar funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º – Enquanto órgão público autônomo no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes executivo e legislativo municipal, ao poder judiciário ou ao Ministério Público.

§ 2º – Cada Conselho Tutelar, órgão integrante da administração pública local, será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha (Art. 132, ECA, conforme redação dada pela Lei. 12.696/2012).

§ 3º – A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, inclusive a realização de prova de conhecimentos específicos, vedada qualquer outra forma de recondução.

§ 4º – A possibilidade de uma única recondução abrange todo o território do Município, sendo vedado concorrer a um terceiro mandato consecutivo ainda que para o outro conselho tutelar existente no mesmo Município.

§ 5º – Serão escolhidos no mesmo pleito para o Conselho Tutelar o número mínimo de 05 (cinco) suplentes.

§ 6º – Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, fica vedado o exercício concomitante de Conselheiro Tutelar com qualquer outra atividade pública, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

§ 7º – O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 18 – A escolha dos conselheiros tutelares se fará por voto facultativo e secreto dos cidadãos do município, em pleito presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º – Podem votar os maiores de 16 anos de idade, inscritos como eleitores no Município.

§ 2º – O cidadão poderá votar em 01 (um) candidato, constante da cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Art. 19– O pleito será convocado por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta lei.

Seção II

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 20 – A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, sendo vedada a formação de chapa agrupando candidatos.

Art. 21 – Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I – reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III – residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV – ensino médio completo;

V – não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

VI – estar no gozo dos direitos políticos;

VII – não exercer mandato político;

VIII – não haver sido condenado criminalmente;

IX – não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado;

X – estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar.

§ 1º – Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, será obrigatória a participação dos candidatos aos cursos de capacitação realizados pelo CMDCA, ficando sem poder participar os candidatos que não se fizerem presentes às capacitações de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e de outras políticas direcionadas a criança e ao adolescente.

§ 2º – os candidatos também serão submetidos à produção textual tendo como primórdios a atuação do Conselho Tutelar no cumprimento de suas atribuições de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º – a elaboração de capacitação será feita pelo CMDCA, buscando apoio técnico nas diversas entidades executoras de políticas públicas e sociais direcionadas a criança e ao adolescente, caso seja necessário recursos para tal finalidade, os encargos ficarão sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

§ 4º – A realização de capacitação mencionada no parágrafo anterior, bem como os respectivos critérios, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que regulamentará através de resolução.

Art. 22 – A pré-candidatura deve ser registrada no prazo de 06 (seis) meses anteriores ao pleito, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 23 – O pedido de registro da pré-candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via de sua secretaria, que fará a publicação dos nomes dos pré-candidatos, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação pelos interessados.

Parágrafo único – vencido o prazo serão abertas visitas ao representante do Ministério Público para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Art. 24 – Das decisões relativas às impugnações, caberá recurso ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação das mesmas.

Parágrafo único – Se mantiver a decisão, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará a remessa em 05 (cinco) dias, para o reexame da matéria ao Juízo da Infância e da Adolescência.

Art. 25 – Vencida a fase de impugnação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos pré-candidatos habilitados ao pleito, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos específicos, que deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º – O resultado da aprovação dos candidatos será publicado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, com a finalidade de que seja apresentada impugnação por qualquer dos pré-candidatos, se houver interesse.

§ 2º – Aplica-se às hipóteses deste artigo o disposto no parágrafo único, do artigo 20 e o disposto no artigo 21, desta Lei.

§ 3º – Vencida a fase de impugnação quanto a prova de conhecimentos específicos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

Seção III

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 26 – O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial, conforme Lei 12.66/2012.

Art. 27 – A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa local, 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º – O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 2º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará ao Juiz da Infância e do Adolescente da Comarca, com razoável antecedência, o apoio necessário a realização do pleito, inclusive, a relação das seções de votação do município, bem como a dos cidadãos aptos ao exercício do sufrágio.

§ 3º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente editará resolução regulamentando a constituição das mesas receptoras, bem com a realização dos trabalhos no dia das eleições.

Art. 28 – É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, a sua afixação em locais públicos ou particulares, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições.

§ 1º – A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos ou particulares.

§ 2º – É vedada a propaganda feita através de camisetas, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos.

§ 3º – O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se 02 (dois) dias antes da data marcada para o pleito.

§ 4º – No dia da votação é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la a cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 29 – No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Art. 30 – Não sendo eletrônica a votação, as cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, obedecendo a ordem de sorteio para sua numeração na cédula.

§ 1º – As cédulas de que trata este artigo serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

Art. 31 – À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnação que serão decididas de plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Juízo da Infância e da Adolescência, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do dia da apuração.

Art. 32 – Às eleições dos conselheiros tutelares, aplicam-se subsidiariamente as disposições da legislação eleitoral.

Seção IV

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 33 – Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos eleitos (titulares e suplentes) e os sufrágios recebidos.

Art. 34 – Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 1º – Havendo empate entre os candidatos, será considerado escolhido aquele que tiver comprovado, na documentação apresentada na oportunidade do pedido de registro de pré-candidatura, maior tempo de experiência em instituições de assistência à infância e a Adolescente.

§ 2º – Persistindo o empate, se dará preferência ao candidato mais velho.

Art. 35 – A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subseqüente ao processo de escolha, conforme disposto no art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012.

Art. 36 – Ocorrendo a vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

§ 1º – No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, sendo que os conselheiros em tais situações exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

§ 2º – Será considerado vago o cargo de conselheiro tutelar no caso de falecimento, renúncia ou destituição do mandato.

Seção V

Dos Impedimentos

Art. 37 – São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Adolescente, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

Seção VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 38 – São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/90.

II – atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do mesmo estatuto.

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V – encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII – expedir notificações.

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX – assessorar o poder executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII – elaborar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta lei (Resolução nº 75/2001, do CONANDA).

§ 1º – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

§ 2º – A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 39 – O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será personalizado, mantendo-se registro das providências adotadas em cada caso.

§ 1º – O horário e a forma de atendimento serão regulamentados pelo respectivo regimento interno, devendo observar as seguintes regras:

- a) Atendimento nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 18h00, ininterruptamente;
- b) plantão noturno das 18h00 às 8h00 do dia seguinte;
- c) plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;
- d) durante os dias úteis o atendimento será prestado diariamente por pelo menos 03 (três) conselheiros tutelares, cuja escala e divisão de tarefa será disciplinada pelo respectivo regimento interno;
- e) durante os plantões noturnos e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§ 2º – O descumprimento injustificado das regras do parágrafo anterior, bem como das previstas no respectivo regimento interno, acarretará a aplicação de sanções disciplinares nos termos desta Lei bem como do regimento interno.

§ 3º – As informações constantes do §1º serão comunicadas trimestralmente por escrito ao Juízo da Infância e da Adolescente, ao Ministério Público e às polícias civil e militar, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 40 – A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento dos Conselhos Tutelares, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§ 1º – A lei orçamentária municipal a que se refere o “caput” deste artigo deverá prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive:

- a) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;
- b) custeio e manutenção com mobiliário, água, luz, telefone fixo, ou móvel, combustível para locomoção dos veículos, imóvel, internet, computadores, fax e material de consumo;
- c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;
- d) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;
- e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e,
- f) segurança da sede e de todo o seu patrimônio

§ 2º – O Conselho Tutelar deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento cuja localização será amplamente divulgada, assim quanto dotada de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, contando com, no mínimo, uma secretária administrativa, materiais de escritório e de limpeza, e acesso a veículo e de um motorista a disposição exclusiva para o cumprimento das respectivas atribuições.

Seção VII

DA COMPETÊNCIA

Art. 41 – A competência será determinada:

- I – pelo domicílio dos pais ou responsável, observada a divisão geográfica entre os conselhos tutelares do mesmo município, nos termos da resolução do CMDCA;
- II – pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsável.

§ 1º – Nos casos de ato infracional será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º – A execução das medidas poderá ser delegada a autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde se educar a criança ou adolescente.

Seção VIII

DA REMUNERAÇÃO

Art. 42 – A remuneração do Conselheiro Tutelar será de um salário mínimo com o reajuste anual de acordo com a política de valorização salarial.

§ 1º – A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder a pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior.

§ 2º – Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º – Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Puxinanã/PB, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade. (Art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

§ 4º – Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente esta Lei.

§ 5º – A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.

§ 6º – É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 43 – Os recursos necessários a remuneração dos membros dos Conselhos Tutelares terão origem no Orçamento do Município, com dotação específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 44 – Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participar de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho.

Parágrafo único – O Município deve manter um serviço de transporte de criança ou adolescente para outro município, quando eventualmente necessário. Se, excepcionalmente, o próprio conselheiro tutelar acompanhar a criança, as despesas com a criança, de qualquer forma, devem ser de responsabilidade do Município.

Seção IX DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 45 – O exercício do mandato popular exige conduta compatível com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, desta lei municipal e com os demais princípios da administração pública, sendo deveres do Conselheiro Tutelar:

- I – exercer suas atribuições com destemor, zelo, dedicação, honestidade, decoro, lealdade e dignidade, e preservar o sigilo dos casos atendidos;
- II – observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento;
- III – manter conduta compatível com a moralidade exigida ao desempenho da função;
- IV – ser assíduo e pontual ao serviço, não deixando de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho;
- V – levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;
- VI – representar a autoridade competente contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, cometido contra conselheiro tutelar.

Art. 46 – Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;
- II – recusar fé a documento público;
- III – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV – delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V – valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI – receber comissões, presente ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- VII – proceder de forma desidiosa;
- VIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- IX – exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- X – fazer propaganda político-partidária no exercício de duas funções.

Parágrafo único – O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 47 – A qualquer tempo o Conselheiro Tutelar pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

§ 1º – As conclusões do procedimento administrativo devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que em sessão plenária deliberará acerca da aplicação da penalidade de suspensão ou perda de mandato.

§ 2º – Aplicada a penalidade pelo CMDCA, este declarará vago o cargo, quando for o caso, situação em que será convocado o primeiro suplente, inclusive quando a suspensão exceder a 10 (dez) dias.

§ 3º – Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 48 – São previstas as seguintes penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – perda do mandato.

Art. 49 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes funcionais do conselheiro tutelar.

Art. 50 – A advertência será aplicada por escrito nos casos de inobservância dos deveres previstos no artigo 41 desta Lei e que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Art. 51 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

§ único – Durante o período de suspensão o Conselheiro Tutelar não receberá a respectiva remuneração.

Art. 52 – A perda do mandato ocorrerá nos seguintes casos:

I – infração, no exercício das funções, das normas contidas na Lei nº 8.069/90;

II – condenação por crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função, com decisão transitada em julgado;

III – abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;

IV – a assiduidade habitual injustificada;

V – improbidade administrativa;

VI – ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;

VII – conduta incompatível com o exercício do mandato;

VIII – exercício ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas;

IX – reincidência em duas faltas punidas com suspensão;

X – excesso no exercício da função de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

XI – exercer ou concorrer a cargo eletivo;

XII – receber, a qualquer título, honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos por esta Lei;

XIII – exercer advocacia na comarca no segmento dos direitos da criança e do adolescente;

XIV – utilização do cargo e das atribuições de conselheiro tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza em proveito próprio ou de outrem;

XV – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XVI – exercício de atividades político-partidárias.

Art. 53 – Fica autorizada a criação de uma Comissão Disciplinar com o objetivo de apurar administrativamente, na forma da Lei Municipal e a qualquer tempo, a prática de infração disciplinar atribuída a conselheiros tutelares e conselheiros municipais de direitos que será formada por:

I – 01 (um) Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante governamental;

II – 01 (um) Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante das organizações não-governamentais;

III – 01 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º – Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, com duração do mandato de apenas um ano, podendo seus membros ser reconduzidos.

§ 2º – Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da comissão que serão convocados nos casos de falta ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputada a prática de infração administrativa.

Art. 54 – A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão, desde que escrita, fundamentada, com indicação de provas e devidamente nominada, não podendo ser anônima, sob pena de rejeição de plano.

§ 1º – Os procedimentos administrativos serão iniciados mediante representação por escrito, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º – As representações serão distribuídas entre os membros da Comissão Disciplinar por critério de distribuição, começando pelo representante governamental, depois para o representante das entidades não-governamentais e por fim ao representante do Conselho Tutelar.

§ 3º – Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o Conselheiro Tutelar ou Conselheiro Municipal dos Direitos apresente sua defesa escrita, mediante notificação e cópia da representação.

§ 4º – Será admitida prova documental, pericial e/ou testemunhal, sendo que os depoimentos deverão ser reduzidos a termo.

Art. 55 – A Comissão Disciplinar terá um relator que conduzirá o procedimento de apuração de falta funcional ou conduta inadequada e, ao final, apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da comissão que poderão concordar ou discordar do relatório, indicando qual a penalidade adequada.

§ 1º – As conclusões da sindicância ou processo administrativo disciplinar devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em sessão plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção II

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 56 – Fica mantido o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indispensável a captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º – O FMDCA ficará subordinado ao Executivo Municipal, o qual mediante decreto municipal do Chefe do Executivo regulamentará sua administração, bem como a prestação de contas dos respectivos recursos.

§ 2º – O CMDCA não possui personalidade jurídica própria, devendo ser registrado com o mesmo CNPJ do Município, mas com identificação própria, especificada na variação final do número, salvo se já instalado com CNPJ próprio.

Seção II

DA CAPTAÇÃO DE RECURSO

Art. 57 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído:

I – pela dotação consignada anualmente 0,25% (Zero vírgula vinte e cinco décimos) dos recursos municipais que devem ser cumprido e compreendido no orçamento municipal. E as verbas adicionais que a lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II – doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no artigo 260, da Lei nº 8.069/90;

III – valores provenientes das multas previstas no artigo 214 da Lei nº 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 e 258 do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº 9.099/95;

IV – transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;

V – doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

VI – produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII – outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Parágrafo único – Nas hipóteses do inciso II deste artigo, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão indicar a entidade ou projeto que desejam auxiliar com suas doações ao fundo, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer os requisitos e percentuais que serão repassados, via resolução.

Art. 58 – Os recursos do FMDCA não podem ser utilizados:

I – para manutenção do Conselho Tutelar e o que deverá ficar a cargo do orçamento das secretarias e/ou departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II – para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90 da Lei nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III – para o custeio das políticas básicas a cargo do Poder Público.

SEÇÃO III

DO GERENCIAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 59 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar acerca dos critérios de utilização de suas receitas.

§ 1º – O CMDCA é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por decreto municipal, deverá nomear uma junta administrativa, composta por, pelo menos, um gestor e um tesoureiro, dentre servidores municipais efetivos.

§ 2º – A junta administrativa deverá prestar contas da aplicação dos recursos do fundo ao CMDCA, estando o fundo sujeito, ainda, ao controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

§ 3º – Fixados os critérios, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará quanto a destinação dos recursos comunicando a junta administrativa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da decisão, cabendo à administração adotar as providências para a liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

§ 4º – Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao FMDCA e incentivando a municipalização do atendimento:

a) elaborar o plano de ação e o plano de aplicação dos recursos do fundo, devendo este último ser submetido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal à apreciação do Poder Legislativo Municipal;

b) estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;

c) acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do fundo;

d) avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do fundo;

e) solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, junto ao controle e à avaliação das atividades a cargo do fundo;

f) mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do aludido fundo;

g) fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do fundo.

Art. 60 – O saldo positivo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apurado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Título III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61 – No prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar em funcionamento deverão elaborar e aprovar seus respectivos regimentos internos, nos termos desta Lei bem como das resoluções do CONANDA, apresentando-os aos poderes executivo e legislativo municipais, ao juiz da infância e da adolescência, bem como ao Ministério Público para conhecimento e eventual impugnação.

§ único – Atendido o disposto no artigo 16, parágrafo único desta Lei, uma vez eleitos os membros do novo Conselho Tutelar deste Município, aos mesmos será aplicado o disposto neste artigo, cujo prazo contará a partir da nomeação e respectiva posse.

Art. 62 – Fica criado o Sistema de Informação para a Infância e Adolescente – SIPIA, com a implantação e implementação de registro de tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumento para a ação do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º – O SIPIA possui três objetivos primordiais:

a) operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, possibilitando a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar;

b) sugerir a aplicação das medidas mais adequadas com vistas ao ressarcimento do direito violado para sanar a situação em que se encontra a criança ou o adolescente;

c) subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o próprio poder executivo municipal na formulação e gestão de políticas de atendimento.

§ 2º – O SIPIA será regulamentado via decreto municipal, devendo atender, dentre outras, as seguintes regras básicas:

a) o Conselho Tutelar será responsável por receber as denúncias e providenciar as medidas que levem ao ressarcimento dos direitos, registrando diariamente as respectivas ocorrências;

b) o Conselho Tutelar repassará as demandas, de forma agregada (não individual), as secretarias municipais pertinentes bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para formulação e gestão de políticas e programas de atendimento;

c) o CMDCA repassará, por sua vez, também de forma agregada, as informações ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encarregará de transferir tais dados ao CONANDA.

§ 3º – Compete ao Município implantar e implementar o SIPIA, atendendo às seguintes disposições:

a) assegurar o acesso de entrada do Sistema, obtendo, para tanto, o respectivo *software*;

b) fornecer a devida capacitação dos Conselheiros Tutelares e dos Conselheiros Municipais, tanto no conhecimento da sistemática como na utilização do *software*;

c) assegurar recursos no orçamento municipal bem como obter outras fontes para o financiamento do sistema.

Art. 63 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 64 – Fica REVOGADA a Lei Municipal nº 465 de 09 de Janeiro de 2007.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ/PB;

Puxinanã - PB, 09 de Novembro de 2017.

Sérgio Silva Figueiredo
Presidente da Câmara Municipal